



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 122 - 2ª QUINZENA DE NOVEMBRO DE 1996 - R\$ 1,00

**Governo pretende acabar com aviso prévio
para demissões coletivas**

É preciso responder com a Greve Geral!

- **Pela estabilidade no emprego!**
- **Pela redução da jornada de trabalho
sem redução de salário!**
- **Reajuste integral e reposição de todas
as perdas!**
- **Salário Mínimo Vital de 1500 reais!**
- **Terra aos camponeses**

**A quebra da
greve metalúrgica
é de responsabilidade
das direções da CUT
e Força Sindical**

**Congresso
burocratizado
da Apeoesp mantém
a defesa da
filiação à CLOSL**

**Estudantes da UFRN lutam contra
destruição da assistência estudantil**

A Quinzena de Luta do Movimento Operário

A campanha salarial unificada, das categorias com data-base de outubro a dezembro, não foi levada adiante pelas centrais sindicais como seus dirigentes prometeram aos trabalhadores. Como no caso dos metalúrgicos, que aprovaram em assembléia a greve geral da categoria, com a divulgação de panfletos e o que ocorreu foi a quebra da democracia e soberania da assembléia, pois as greves têm sido por fábricas e por regiões.

O que temos acompanhado é a colaboração dos dirigentes sindicais com os patrões, colocando os operários em situação de subordinação e obediência, quando "negociam" qualquer percentual pagável pelos patrões e ainda ajudam a elaborar pacotes "melhores" de desemprego para os trabalhadores. As direções dos sindicatos iludem os trabalhadores ao afirmar que o capitalismo pode ser reformado e melhorado. O capitalismo está podre e não pode atender nem mesmo à reivindicação de "aumento" do salário mínimo.

A luta para derrotar a política de arrocho salarial e contra os pacotes de demissão voluntária (direito ao trabalho a todos) deve ser organizada pelo movimento operário através do método da ação direta e da unidade grevista, com resistência à repressão patronal e governamental. A classe operária necessita desenvolver sua própria política contra a classe dos capitalistas (a burguesia) e construir uma direção de luta revolucionária em defesa da vida de todos os explorados.

A campanha salarial de algumas categorias:

* Trabalhadores do setor de carnes e frios reivindicam piso salarial de R\$ 1.800,00, aumento real de 20% e reposição da inflação.

* Padeiros de São Paulo realizam assembléia e decidem greve a partir do dia 19/11. Reivindicam 10% de aumento real e reposição da inflação de out.95 a nov.96.

* Marceneiros reivindicam reposição de 15% e redução da jornada para 40 horas semanais e PLR.

* Carteiros reivindicam 15% de reposição e 5% de aumento real. Realizam dia 18/11 Plenária com indicativo de greve.

* Gráficos lutam por 25% de reajuste salarial e redução de jornada para 40 horas. Patrões oferecem 5%.

* Aeroviários lutam por reposição de 17% e 15% de aumento real (6,7% de produtividade).

* Extrativos de óleo de minérios exigem reposição da inflação (data-base 1º de novembro) e 20% de aumento real.

* Têxteis reivindicam reposição de 12,39%, 5% de aumento real. Patrões não têm proposta.

* Cimenteiros iniciam campanha reivindicando 10% de aumento real, índice de reposição pelo INPC. Os cimenteiros do grupo Votorantim rejeitam proposta patronal de 5%. Eles reivindicam 10% de aumento real e 40% de PLR. Os cimenteiros do grupo Holdercin (Ciminas, Paraíso e Barros) têm reajuste de 9% e 50% de abono como PLR.

* Operários da Penalty reivindicam 20% de aumento real e reposição da inflação.

* Óticos reivindicam 5% de aumento real e reposição das perdas salariais. Proposta patronal: 5% em duas parcelas a serem pagos em janeiro e março.

* Cervejeiros da Brahma, da Antarctica, Kaiser em campanha salarial. Na Brahma reivindi-

cam 20% de reposição salarial. Patrão propõe 12,98%. A Brahma, controlada pelo Banco Garantia e a maior produtora de bebidas da América Latina (fruto da exploração do trabalho dos operários), teve um lucro no terceiro trimestre de R\$ 53,6 milhões. Na Antarctica, os cervejeiros lutam por 11% de reposição, PLR de R\$ 500,00 e piso de R\$ 360,00.

* Borracheiros e Metalúrgicos da Sabó recebem PLR diferentes. Os metalúrgicos receberam R\$ 150,00 em agosto e terão R\$ 250,00 em janeiro, enquanto os borracheiros receberam R\$ 150 em outubro e o restante em julho de 1997.

* Eletricitários da Eletropaulo recebem 8,6% de aumento salarial. Os eletricitários já receberam 5% de abono e terão mais 5% em novembro. Em 1997, terão mais três abonos.

* Volks cancela férias coletivas (Natal e Ano Novo) para produzir mais. Está com 7 mil veículos parados por falta de peças. A meta do patrão é produzir 9 mil carros até o fim do ano.

* Atrasos no pagamento dos salários na Lebert, Esmaltec, Ferreira Barros, Empreiteira Maristela, Solovit, Engenharia Geobrás

Campanha em defesa da saúde: "A CUT na luta pela Vida"

A CUT lança, na Assembléia Legislativa, campanha nacional para discutir investimentos e verbas orçamentárias para a saúde. Discutir verbas para a saúde ou qualquer verba para área social, que possa beneficiar a maioria da população é considerar desde já aumento de impostos, como o imposto sobre cheque (CPMF) do ex-ministro da Saúde, Jatene, aprovado pelos parlamentares contra os assalariados. Outro exemplo é do Hospital das Clínicas que passou a atender pacientes particulares e de convênios privados, deixando os corredores do hospital lotados de macas com doentes que dependem da assistência médica gratuita.

A defesa da saúde e da vida das massas começa pela conquista de um salário mínimo vital, que possibilite um operário ter alimentação e moradia saudáveis. Como se pode falar em defesa da saúde se os trabalhadores dependem exclusivamente de seu mísero salário para sobreviver e têm sido jogado na rua pelo desemprego.

A CUT, como organismo de defesa dos interesses dos trabalhadores deve exigir a assistência médica gratuita, responsabilidade do estado com a saúde, fim dos subsídios aos hospitais e estatização dos mesmos.

Metalúrgicos dispostos a enfrentar patrões são barrados pela burocracia sindical

Os metalúrgicos somam perto de 1.300.000 operários. As greves isoladas, iniciando nas grandes fábricas e em regiões alternadas, barram as manifestações de descontentamento com o governo, querendo fazer acreditar que a culpa das condições de vida dos trabalhadores é de cada patrão individual.

O desemprego na indústria paulista

No mês de outubro foram demitidos 9.462 operários. De janeiro a outubro foram fechados 160.149 postos de trabalho. Em um ano 215.000 e desde o Plano Real, em julho de 1994 foram eliminados 300 mil vagas na indústria paulista.

Neste quadro, é que têm surgido propostas para o FGTS, que pertence ao trabalhador e os empresários e banqueiros querem passar a mão. Primeiro, os trabalhadores teriam ações na privatização das estatais, porque seu FGTS seria gerenciado por um banco e aplicado em um fundo de investimento. Segundo, um projeto que substitui a multa de 40% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, por uma indenização correspondente a um salário por ano trabalhado e multa sobre essa indenização. A partir deste projetos os patrões podem demitir coletivamente ou individualmente, sem justa causa, apenas alegando dificuldades financeiras.



É preciso responder com a greve geral

Pela estabilidade no emprego!

Pela redução da jornada de trabalho para 6 horas, sem reduzir os salários!

Reajuste integral e Reposição das perdas salariais!

Salário mínimo vital de 1500 reais! – Terra aos camponeses!

O projeto do governo de eliminar as indenizações trabalhistas no caso de demissão deve ser respondido com uma mobilização nacional do conjunto dos trabalhadores. Está mais do que claro que a supressão dos 40% sobre o FGTS e o fim do aviso prévio no caso de demissões coletivas vêm no sentido de facilitar as demissões em massa.

A classe patronal, entre ela os capitalistas das multinacionais, banqueiros etc, pressiona o governo a retirar qualquer obstáculo que atinja sua lucratividade. Até mesmo a reduzida indenização prevista no caso das chamadas demissões sem justa causa.

Um pouco antes do governo apresentar esse projeto aos sindicalistas, havia feito uma reformulação na Previdência, que acaba com o direito do trabalhador receber o 13º salário e aviso prévio. Assim, ao chegar o momento de se aposentar, o patrão simplesmente desliga o assalariado da produção.

Sob essas mesmas circunstâncias, a reforma administrativa de Bresser Pereira caminha no sentido de demitir milhares e milhares de funcionários. O princípio da estabilidade foi quebrado através de uma mudança que prevê casos de demissões quando a folha de pagamento ultrapassar os 60% e por questões administrativas.

No campo, a UDR tem se armado contra as ocupações. A agressão armada no Pontal contra os sem-terra mostra o caminho escolhido pelos latifundiários para combater o movimento camponês. A imposição do Ministro da Reforma Agrária, Jungmann, de assentar os sem-terra apenas numa pequena parcela da fazenda Macaxeira (Pará) indica um endurecimento do governo, num claro sentido de proteger os latifundiários.

rios.

Os mesquinhos reajustes salariais abaixo da inflação vêm sendo implementados pelos patrões. Ou mesmo nenhuma reposição. E existe ainda o congelamento salarial de 2 anos dos funcionários federais. Tudo isso é o resultado do arrocho proveniente da política salarial prevista no Plano Real.

Na educação e na saúde reina a calamidade. A linha privatizante está sendo implementada contra o sistema público. Uma das metas em relação à educação é eliminar o máximo possível o que resta de ensino público nas universidades. Mas ela vai mais longe ainda: a intenção é privatizar o segundo grau. Na saúde, pretende-se igualmente descarregar o Estado de sua responsabilidade.

Um novo surto de privatizações está nos cálculos do governo. Agora atingindo a Vale do Rio Doce e Telecomunicações. O entreguismo pró-imperialista de Fernando Henrique é a marca desse governo do PSDB/PFL/PPB/PTB/PMDB. Para sustentar o artificioso Plano Real e a fabulosa dívida externa e interna, essa coligação lança mão da entrega das estatais.

Esse conjunto de medidas constitui um ataque frontal à vida das massas trabalhadoras e à economia. Resulta em mais desemprego, aumento da superexploração, destruição de conquistas sociais mínimas, maior desnacionalização e intensificação da opressão sobre os camponeses. Eis por que já está tardando uma resposta geral contra o Plano de desemprego, fome e miséria.

Rechaçamos as atitudes contemplativas e demagógicas da burocracia sindical, tanto da CUT quanto da Força Sindical e outras CGTs, que amordaçam o movimento operário e popular. A greve metalúrgica frag-

mentada e dividida mostrou ser favorável ao patronato, que não deu o reajuste total da perda inflacionária. O mesmo se passou com os bancários. Ou vamos organizar um movimento grevista nacional claramente contrário aos ataques do governo FHC ou assistiremos o desemprego crescer, os salários baixarem, os direitos trabalhistas serem eliminados, os camponeses serem escoraçados a tiros, os funcionários públicos pisoteados e as estatais serem entregues ao capital imperialista.

Chega de divisão dos trabalhadores! Chega de isolamento das greves e as ocupações de terra! Chega de discurso oposicionista mentiroso e cínico! Chega de greve de fome de mentirinha! É hora de convocar as assembléias em todos os sindicatos! Convocar plenárias de base da CUT! Constituir um comando nacional grevista e comitês de base! É hora de lançar a bandeira de Chega de Plano de Fome é Miséria! Abaixo a Reforma antinacional e antipopular de FHC! Pela greve geral, por tempo indeterminado! Em defesa de um programa operário e camponês!

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

ASSINATURAS: 12 NÚMEROS - R\$ 15,00 - FALE COM O DISTRIBUIDOR DESTE JORNAL

Combater o governo FHC nas ruas

A discussão sobre a emenda da reeleição de FHC mostrou que sua aprovação ainda dependerá das negociações do governo com as frações burguesas. A maioria dos membros de uma comissão de 22 parlamentares

tem se declarado indecisa sobre a questão. Trata-se de mais uma chantagem dos partidos ao governo, para mostrar força e para reivindicar vantagens. Nesse quadro, estão em negociação a reforma ministerial, a proposta orçamentária e os cargos de segundo escalão. Parece pouco provável, no entanto, que a reeleição não seja aprovada.

Trata-se de uma necessidade para a burguesia manter o governo FHC e a aliança governamental dos principais partidos burgueses. Ainda que em crise e em constantes choques, essa aliança e esse governo são necessários para manter o plano de estabilização econômica e manter a governabilidade. Todas as frações

burguesas rechaçam a idéia de comparecerem fragmentadas às próximas eleições, o que favoreceria a ascensão da frente popular reformista.

A manobra do plebiscito

O PT se opõe formalmente à reeleição de FHC, porque seria um obstáculo à ascensão de Lula em 1998. Mas, covardemente, propõe um plebiscito sem dizer em que condições, para decidir sobre a questão. A manobra do PT pretende atrair setores burgueses descontentes com a reeleição ou com pretensões próprias. É o caso dos malufistas. A oposição à emenda da reeleição uniu PPB e PT contra o governo.

Só teria sentido um plebiscito como meio a ser utilizado para mobilizar as massas contra o governo burguês. Para isso, teria de ser defendido com total liberdade de todas as correntes, inclusive as não legalizadas, de terem acesso a todos os meios para se dirigir às massas. O ponto central não está no mecanismo da reeleição ou não, mas sim na presença de um governo pró-imperialista que deve ser derrubado pela ação direta das massas. Enquanto o PT orienta sua burocracia sindical a quebrar as greves e enquanto só faz demagogia diante do plano de fome e miséria, comparece como opositor à reeleição. Está aí porque sua proposta de plebiscito está de

acordo com as manobras distracionistas das massas. Por isso, encontra apoio entre uma parcela da burguesia descontente.

Combater FHC nas ruas

A reeleição de FHC significará a continuidade da aplicação das reformas antinacionais e antipopulares. Significará mais arrocho salarial e desemprego para as massas. Mais destruição da economia nacional, mais entrega das estatais, mais destruição dos serviços sociais (saúde, educação, previdência etc.) em benefício do parasitismo financeiro.

Para lutar contra tudo isso, trata-se de organizar a unidade nacional das massas para derrubar integralmente o plano de fome de FHC. Convocar assembléias em todas as categorias, as assembléias populares e estudantis, aprovar um plano nacional de luta, com uma plataforma única de reivindicações, eleger comandos de greve subordinados às assembléias e com poderes acima das direções sindicais, comandos intercategorias e interregionais etc. A unidade nacional de massa pode levar a uma greve geral por tempo indeterminado, com força suficiente para enfrentar o governo, a burguesia e o imperialismo e pôr abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC.

A queda de Jatene

A reforma ministerial é parte das negociações ao redor da emenda da reeleição. O ministro Jatene sabia que um dos ministérios negociáveis é o da Saúde. Sua saída era questão de tempo.

Jatene foi o maior defensor da criação do CPMF, que foi criado com o pretexto de dar dinheiro para a saúde pública, semi-falida. Entretanto, ficou evidente que o CPMF é mais um imposto para manter e sustentar o parasitismo financeiro. A negativa de ampliar em um centavo sequer a verba para a saúde neste final de ano, quando o governo terá de pagar o 13º aos fun-

cionários e saldar uma série de dívidas, expôs publicamente o papel do CPMF. Além de humilhado pelo ministro Malan, Jatene teria de arcar com o desgaste de ser responsável por todos os problemas que certamente irão estourar na saúde pública de agora até o final do ano, para depois ainda ser demitido. Preferiu sair antes.

Saúde pública está em coma

Os recentes acontecimentos, de mortes coletivas de idosos, de bebês, de pessoas que fizeram transfusão de sangue etc. ilustram como o capitalismo em crise ataca fundo a vida das massas. A miséria e desemprego em elevação pressionam o aumento das doenças de todo tipo. Algumas delas já estavam extintas e retornam com força. Os assalariados dependem da saúde pública para se manterem vivos. Mas a destruição crescente da saúde pública pelos governos, a man-

do do imperialismo e para atender às necessidades de sustentação do parasitismo financeiro, impede o acesso da maioria a tratamento e assistência.

A rede particular tem progredido enormemente, apesar de manter um precário atendimento. Somente uma ultraminoria tem acesso aos planos especiais de qualidade. E a linha do governo é a de fortalecer ainda mais a rede privada, destruindo a saúde pública.

Defender a vida das massas

Para defender a saúde pública, é necessário lutar pelo fim da rede privada, através de sua estatização sob controle dos trabalhadores, e a constituição de um sistema nacional único de saúde. Trata-se de uma bandeira que implica na unidade nacional das massas para lutar contra o governo, a burguesia e o imperialismo.



Um fenômeno interessante nessas eleições: as coligações e apoios

Os partidos ligados diretamente à burguesia sempre fizeram jogatinas com as coligações. Até pouco tempo atrás, no PT, se discutia com quem se poderia coligar. A ala mais à direita (Articulação) defendia que havia dois campos: uma ala "progressista", que ia do PSDB a setores do PMDB (isso quando o PSDB ainda não tinha a Presidência da República); e uma outra do PFL ao PDS (agora PPB). O PSDB era considerado o mais progressista de todos, ao lado do PDT, a ponto do PT aspirar uma coligação que levasse Lula à presidência do país. Assim, para a Articulação, a tática se resumia em como derrotar a "direita" com uma aliança entre "progressistas" do chamado "campo democrático e popular".

A ala esquerda do partido (O Trabalho, Em Tempo) entendia como pertencentes a tal campo os PCs e chegava ao máximo no PSB. Com o tempo, O Trabalho passou a admitir alguma aliança com o PSDB, com a condição de que fosse sobre o programa do PT. Esse foi o primeiro passo na capitulação. Finalmente, todos fecharam os olhos para a constituição da Frente Popular.

Nessas eleições municipais, toda e qualquer distinção feita no passado evaporou-se. O PT fez todo tipo de coligação, incluindo em alguns municípios o PFL. Só não temos notícias de alianças com o PPB. Mas se não houve é porque faltou apenas oportunidade. Uma vez que é permitida a coligação com o PFL, não mais vale a distinção feita no passado entre setores "progressistas" e "direitistas". Por que não estender as coligações ao PPB de Maluf? Nada impede, a não ser disputas locais.

O próprio malufismo, que foi no passado combatido como fascismo, corrupção e reacionarismo, já não é encarado com tal veemência pelos reformistas. Basta se ver as atitudes amigáveis e "civilizadas" de Erundina perante Maluf. Em outros estados, os compromissos chegaram à comichada. É o caso de Natal. A candidata do PT foi desmoralizada por sua oponente através de duas denúncias: uma que o PT não tinha moral para acusar a aliança de Wilma de Faria (PSB) com o PFL porque afinal de contas, no interior do Rio Grande do Norte, o PT

também se aliou com o PFL. A outra é que Fátima Bezerra (PT) estava sendo apoiada pelos velhos oligarcas como Geraldo Melo (PMDB). Apoio que não era de graça. E que o PT fazia alianças por debaixo do pano. O PT respondeu que aceitava o apoio, porque voto é voto, apenas não admitia subir no mesmo palanque com os caciques. Esse tipo de resposta foi comum a várias situações.

Em Maceió, a Senhora Bulhões, candidata do PFL, derrotada no primeiro turno, passou de malas e bagagens para o lado da candidata do PT. Nesse caso, não se subiu no palanque, mas se andou nas ruas de mãos dadas. Para arrematar, Heloísa Helena (PT) acusou Kátia Born (PSB) de estar mancomunada com comunistas.

O que se passou em São Paulo foi o supra-sumo da desfaçatez e da corrupção política. Erundina saiu correndo atrás do PSDB, PMDB e do PDT, oferecendo um governo que não seria do PT, mas da aliança democrática, como batizou Franco Montoro. Assim, o PT loteou sua candidatura. É verdade que gerou muito descontentamento na direção, o "O Trabalho" pediu seu afastamento do comando central da campanha e o PCdoB mandou uma carta se lamentando da deslealdade de Erundina. Mas tudo isso não passou de hipocrisia, já que a sujeira tomou conta do partido de norte a sul.

Um dado a mais nesse pântano fétido: o PCdoB lançou apoio no 2º turno para o candidato malufista (PPB) em Campinas. Não é de se estranhar que também apóie alguns candidatos do PFL. Bem antes, os estalinistas já haviam feito coligações com os ditos partidos de direita, incluindo o ex-PDS.

Logo que confirmada a vitória de Raul Pont em Porto Alegre, um jornalista perguntou-lhe como ficava o chamado de Erundina ao PSDB. Sua resposta foi de que não concordava porque se estaria quebrando uma decisão da convenção. Esse representante da DS fugiu do essencial. Ou seja, que em toda parte o PT se comprometeu em maior ou menor grau com os grandes partidos da burguesia, sem exceção. O argumento legal de "quebra de decisão" só pode vir de

alguém atolado até o nariz no pântano. Como se vê, toda esquerda petista se sujou por inteira no lodo da política burguesa.

Mas o problema não pára por aí. O PSTU fez uma coligação com o PSB em Goiânia. Os leitores do *Opinião Socialista* podem observar como seus redatores fazem questão de omitir o fato. Mas o problema vai mais longe. O PSTU se coligou também com o PT e PCdoB, quando esses partidos faziam essa algazarra toda. E, no segundo turno, aprovou a resolução de apoiar criticamente o PT por toda parte. Assim, se colocou junto ao apoio do PSDB, PFL, PMDB, PDT etc. Para completar o mesclado zoológico, o exitista Partido da Causa Operária apoiou o PSTU na candidatura de Valério Arcary.

De fato o oportunismo, o arrivismo etc. andam soltos. Dizem que isso é normal. Já que o Muro de Berlim caiu, que o "comunismo real" morreu e que as velhas noções de burguesia, classe operária, revolução, independência de classe etc estão ultrapassadas. O que vale agora é o pragmatismo. Se as alianças dão voto, não importam se são com os escravizadores ou não, se são com os pró-imperialistas ou não ou se fazem parte da reação oligárquica ou não. Essa é a conduta do PT. E as esquerdas, ditas marxistas, que o apóiam, traem os princípios elementares de classe do proletariado.

Nacional



A falsa explicação de Valério Arcary

O PSTU tirou como resolução geral apoiar os candidatos do PT no 2º turno. A explicação é que assim fica do lado dos trabalhadores contra os partidos burgueses. No Massas 121, já fizemos a crítica, sob o título "PSTU a serviço do PT".

Agora, no Jornal "Opinião Socialista", nº20, do PSTU, Valério Arcary dá uma entrevista que explicita ainda mais as falsas explicações do por quê essa corrente apóia Erundina em São Paulo. Afirma que a "maioria dos trabalhadores mais organizados (...) utilizará o voto no PT para resistir ao governo de Fernando Henrique e derrotar o malufismo". Por essa razão, o PSTU chamará "o voto crítico em Erundina sem qualquer concessão, exigindo que o PT defenda as reivindicações dos trabalhadores e denunciando a proposta de governo de coalizão com o PSDB".

Segundo Valério, o voto crítico não significa apoiar o PT. Assim faz a distinção: "Chamar o voto crítico é indicar o voto, apoiar é entrar na proposta de coalizão". Em síntese, o raciocínio do dirigente do PSTU é de que se indicará o voto no PT, sem apoiá-lo, mas apoiando o voto dos trabalhadores contra o governo de FHC. Antecipadamente, faz a ressalva de que alertará os trabalhadores sobre a possibilidade de Erundina aplicar a mesma política de Vitor Buaiz e Cristóvam Buarque. Esse alerta é dado sem se dizer que o PSTU apoiou esses dois políticos do PT, que ganharam as eleições para governador e que implementam o Plano

neoliberal do governo federal.

Como não reconhecer que esse pensamento é tortuoso? O PT tem cumprido o papel de um partido adaptado à ordem capitalista e se sujeitado às pressões da Reforma pró-imperialista e antipopular do governo. Erundina expõe um programa inconfundivelmente adaptado ao Plano Real, a ponto de apresentar em sua propaganda a figura do Presidente da República. Como interpretar então que os trabalhadores estarão votando contra o governo FHC? Por que não dizer que estão sendo arrastados por ilusões despertadas pelo reformismo e pelo falso oposicionismo petista? E se as massas votam no PSB e alguém diz que por isso devemos apoiá-lo? E se acontecesse isso com o PDT, que também posa de oposição?

Certamente, pelas análises impressas no Jornal "Opinião Socialista", o PSB é um partido burguês. Vamos citar uma passagem, que consta ao lado da entrevista de Valério Arcary. Diz: "No 2º turno das eleições em Belo Horizonte, o PSTU vai seguir na denúncia de Amílcar Martins (PSDB) como candidato dos banqueiros e também irá desmascarar a candidatura de Célio de Castro (PSB) como candidatura burguesa. A campanha milionária do PSB é fruto de suas alianças, principalmente com Newton Cardoso, que controla o PMDB".

Essa caracterização nos ajuda a compreender o porquê do raciocínio tortuoso de Valério. Ocorre que o PSTU omite a caracterização do PT, criticando apenas algumas de suas figuras (Buarque, Buaiz, Erundina) sem se dar conta de que elas são expressão da política mais acabada do reformismo. Perguntamos ao PSTU: O PT não é tão burguês quanto o PSB? O PT também não se apóia no dinheiro de capitalistas para fazer campanhas milionárias? O PT não tem feito alianças com a maioria dos partidos burgueses, incluindo em alguns locais o PFL? O PT não tem recebido apoio eleitoral de frações da oligarquia nordestina, a exemplo de Natal, Maceió etc? A burguesia já não considera o PT como parte de suas instituições "democráticas" e como colaborador na sustentação do regime de exploração do trabalho? Como então, em uma eleição em que o PT se alia com o partido do presidente FHC

e recebe apoio até do PFL, não denunciar implacavelmente os reformistas e chamar os trabalhadores a votarem nulo, considerando que o PSTU já não está no segundo turno?

Um outro lado do pensamento tortuoso de Valério é quando diz que chama o voto crítico, mas não apóia o PT. Ora, isso é sofisma, jogo de palavras. Defender o voto em qualquer partido é ajudá-lo a chegar ao poder. A experiência marxista em apoiar eleitoralmente um partido reformista, numa situação bem delimitada, nos ensina que se trata de ajudá-lo a vencer um partido burguês para depois derrotá-lo, através da experiência das massas e da revolução proletária. O que não se apóia é o programa. Mas o PSTU faz uma caricatura dessa tática.

A razão está em que não pretende dizer com todas as letras que partido estaria auxiliando chegar ao poder. E por que esconde? Ora, o PT já tem realizado inúmeras experiências pró-capitalistas, a exemplo dos citados governadores e da própria gestão passada de Erundina. O reformismo comparece abertamente como auxiliar da linha pró-imperialista do governo FHC. Devemos, nas condições concretas atuais, nos comprometer junto aos trabalhadores em auxiliar o PT chegar ao poder? Em nossa posição, a resposta é não. Já temos os meios e os fatos para demonstrar à classe operária o papel traidor do PT.

Logo vemos que a explicação tortuosa de Valério não é um simples defeito de argumentação. Trata-se de uma posição oportunista, que se procura passar por uma tática marxista. O fato é que o PSTU está umbilicalmente preso ao reformismo petista. Em seus cálculos, outras eleições virão e o PSTU espera contrair aliança. Nas eleições presidenciais, integrou a coligação da Frente Popular, que segundo a distinção de Valério seria apoio ao PT. O PSTU aspira ser o sócio menor hoje e amanhã do PT para se engrandecer eleitoralmente no futuro. Tudo isso em nome das aspirações dos trabalhadores. Rechaçamos essa linha por desviar a vanguarda da tarefa de constituir um verdadeiro partido marxista-leninista-trotsquista e por ajudar o reformismo a iludir os trabalhadores.



PT tem apoio de fração da oligarquia em Natal

A crise política da burguesia impediu-a de apresentar sequer um único candidato viável nas legendas tradicionais para as eleições que aglutinasse a defesa de seus interesses. Assim, possibilitou ao PSB e PT chegar ao 2º turno das eleições municipais de Natal.

Logo que passou para o 2º turno, vários foram os representantes de uma das frações da oligarquia que anunciaram o apoio à candidata do PT. Isto ocorreu porque seu programa de governo democrático e popular não conflita nem de longe os interesses da burguesia. Neste sentido, a fração da oligarquia potiguar, organizada no PSDB (o prefeito Aldo Tinoco, o usineiro Geraldo Melo, João Faustino, etc) e no PMDB (Aluizio Alves, Henrique Alves, Carlos Eduardo Alves, etc), enfileiraram-se ao seu lado. Apesar do PT afirmar que estes apoios não significavam nenhum acordo político com as forças tradicionais, rejeitando subir no palanque junto deles, o que devemos notar é que estes apoios só são possíveis - mesmo que separados fisicamente nos palanques - porque há uma aproximação ideológica entre ambos.

As alianças no interior do Rio Grande do Norte já demonstravam esta tendência de união ideológica do PT com as forças políticas tradicionais que são as oligarquias, pois em várias partes se unificou com o PFL. Isto desarmou sua crítica à candidata do PSB, aliada declarada do PFL. Qual é o alarde ideológico? Está em que o PT não ameaça a ordem capitalista e que, por isso, faz parte da política burguesa, comparecendo como esquerda reformista.

Como o programa do PT não inviabiliza os interesses da burguesia, a oligarquia Alves está vendo nele a possibilidade de barrar a ascensão do PFL ao governo do Estado. A vitória de Wilma de Faria do PSB em Natal, ao contrário, serviria ao PFL. Como se vê, se as frações oligarquias desgastadas não puderam lançar candidatos com força, utilizam-se dos ditos partidos de esquerda para seus fins.

O apoio do ex-governador Geraldo Melo, considerado pelo SINTE, na época em que Fátima Bezerra era sua diretora, de inimigo público número um dos professores,

agora é seu aliado. O ministro dos militares golpistas de 64 e do governo José Sarney (político com laços com os militares também), Aluizio Alves, põe fim a toda a retórica petista.

PSTU apoia os reformistas que são apoiados por uma ala da oligarquia

O PSTU jogou todas as suas críticas realizadas ao PT, no 1º turno, por água a baixo, uma vez que apoiou sua candidatura no 2º turno. O PSTU votou na candidatura que é contra a estabilidade do funcionalismo, que conta com o apoio das oligarquias, que é comprometida com a manutenção do capitalismo etc.

O "voto no PT" sem campanha, que não é nem "apoio crítico", é pior ainda. Pois é um apoio envergonhado, despolitizado e inconseqüente no sentido que não é militante. A cisão eleitoreira do PSTU com a Frente Popular de Natal já demonstrava esta tendência como anotamos em nossa matéria do jornal anterior ("Carta Aberta ao PSTU", Massas 121).

Opostamente, a defesa do voto nulo programático demonstrou-se correta no 1º turno, pois visualizou esta tendência unificadora do PT com as oligarquias regionais, previu o apoio do PSTU aos reformistas e garantiu a independência política do proletariado frente às frações políticas da burguesia. No 2º turno se repete. Devemos aproveitar este aprendizado para construirmos o Partido Operário Revolucionário que tenha como tática central de luta pelo poder não as eleições corrompidas pelo poder econômico da burguesia, mas a ação direta das massas em manifestações de rua com o objetivo da Revolução Proletária.

Nacional



UDR enfrenta os sem-terra do Pontal a bala

A assembléia dos sem-terra do Pontal decidiu ocupar uma das fazendas da região. Cansados de esperar a solução prometida pelo governo Covas e Inca e vendo que os latifundiários estão ganhando terreno contra as desapropriações, os sem-terra decidiram partir para a ocupação. No entanto, foram recebidos com tiroteio cerrado. Por sorte, não houve mortos. O fato prenunciou o que vai acontecer mais para frente.

A UDR está disposta a derramar sangue dos camponeses para defender os latifúndios. Tal iniciativa ganha força porque não se estabeleceu ainda a unidade operária e camponesa. E porque o movimento de ocupação de terras tarda em organizar a auto-defesa. Nem os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás serviram de exemplos para o MST se preparar contra os ataques da reação latifundiária. Por sua vez, as direções dos sindicatos e da CUT, fecham os olhos para a necessidade

de se organizar uma sólida aliança operária e camponesa, sob a base de um programa revolucionário. A conquista da terra não se dará pela via pacífica e pela dádiva do Estado, através dos tão sonhados assentamentos.



A Reforma Administrativa esmaga o funcionalismo

Um dos eixos centrais da Reforma Administrativa de FHC é a quebra da estabilidade do funcionalismo, supressão dos direitos adquiridos pelos servidores (licença prêmio, sexta parte) e demissão em massa de servidores sem estabilidade.

A Lei Camata, que obriga os Estados a gastarem 60% de sua receita líquida com a folha de pagamento do pessoal, congelará os salários e, caso a folha de pagamento ultrapasse o percentual estipulado, o Estado teria todos os mecanismos legais para suprimir as gratificações não fixas, ou seja, diminuição dos salários.

O governo Covas segue à risca a cartilha imposta pelo Banco Mundial e conta com a "ajuda" do BID e sua equipe técnica para realizar os ajustes da máquina. Com a ladainha de criar um estado gerenciável, a proposta neoliberal seria a extinção de secretarias e fusão de outras, eliminando, através de avaliação de desempenho, quadros inteiros do funcionalismo.

O relator Moreira Franco em seu substitutivo sobre os eixos - ajuste, flexibilização e concentração de poderes - defende, entre tantos, os principais pontos: 1) Contrato de emprego genérico na administração pública, para praticamente todas as atividades, onde não há estabilidade nem direitos previdenciários diferenciados. Conseqüentemente, fim do Regime Jurídico Único, que passa a ser Regime em Extinção, face à atratividade do Regime do Contrato de Emprego; 2) Flexibilização do Concurso Público, por meio de

contrato de gestão, onde a contratação de pessoal em caráter temporário poderá dispensá-lo; 3) Permitir a demissão de servidores estáveis, mediante indenização e com base em critérios fixados em lei, para dar cumprimento ao limite de gasto permitido na Lei Rita Camata, desde que sejam reduzidos antes os gastos com cargos comissionados e demitidos os servidores não-concursados, sem estabilidade. A princípio, a permissão é limitada até 1998, mas o prazo poderia ser ampliado por lei complementar; 4) Restrição ao repasse para Estados e Municípios de verbas para pagamento de pessoal.

O que fica claro analisando a demagogia derramada acima, seria a extinção dos concursos públicos, substituídos por concursos de seleção com prioridade para o contrato temporário de trabalho. Mas tudo isto gira em torno de uma única questão: depende da quebra da estabilidade.

O PT segue sua linha de alinhamento com a burguesia. As emendas da oposição, representada pelo PT, em nada têm o caráter de oposição à política neoliberal do governo FHC e, muito pelo contrário, seguem direitinho a cartilha da burguesia, mudando apenas os termos, deixando claro que a ordem dos fatores não altera o produto. Em suas emendas defende: garantia de estabilidade após três anos de exercício; demissão apenas por falta grave ou insuficiência de desempenho, mediante avaliação de desempenho regular e periódico. Institui meios para assegurar a profissionalização da administração pública: a) concurso público, como única via de acesso a cargos e empregos; b) critérios e requisitos para provimentos e fixação de proporção entre cargos comissionados e cargos efetivos; c) instituição de escolas de governo voltadas à formação e aperfeiçoamento dos servidores; d) plano de carreira com critério definido e quadro geral de servidores em cada Poder. Possibilidade de contratos de gestão com empresas estatais, aumentando sua autonomia, respeitados os princípios constitucionais. Democratização das relações de trabalho, mediante negociação coletiva na administração e possibilidade de delegação legislativa para implantação dos acordos. Permissão para descentralização, mediante autorização legislativa em cada caso e garantida universalidade do acesso aos servidores. O PT não é contra a quebra da estabilidade.

A versão reformista da reforma administrativa, longe de barrar um dos ícones das reformas antipopulares, procura melhorá-los - aliás, o que mais sabe fazer atualmente.

Ao primeiro item das emendas, defende a garantia de estabilidade após 3 anos de efetivo exercício. Admite ainda, as avaliações como meio de demitir os funcionários que estejam no período probatório (menos de dois anos) como aos que têm estabilidade, deixando a nu sua proposta, que é a quebra da estabilidade. Mais abaixo, defende que o governo crie escolas para formação e aperfeiçoamento de funcionários. De que serviria a formação e o aperfeiçoamento, sendo que o trabalho tem o caráter burocrático, repetitivo e mecanicista? Plano de carreira para que os funcionários passem de uma função à outra com grande ênfase à formação escolar, para que os funcionários ganhem umas migalhas a mais. O auge de insanidade é quando propõe uma comissão legislativa para implantação de acordos, retirando o direito dos funcionários de se organizarem enquanto entidade de classe - o sindicato.

Os sindicatos da CUT, cuja corrente dominante - a Articulação (PT), segue à risca as deliberações de seu partido e, ao invés de organizar as entidades ligadas ao funcionalismo para avançarem na luta pela manutenção de seus direitos, segue a política da pressão parlamentar.

Além de subordinar as reivindicações da classe às pressões parlamentares promove carreatas à Brasília e atos isolados em todo o país, onde apenas a casta parasitária da Central comparece.

As categorias ligadas ao funcionalismo devem rechaçar esta política de pressão ao parlamento burguês e tomar as bandeiras abandonadas pelos reformistas burocratas, e lutar por: realizar Assembléias Gerais conjuntas onde se discutam os problemas da categoria; usar os métodos próprios da classe e de ação direta para derrubar as reformas antinacionais e antipopulares do governo neoliberal de FHC; incorporação de todas as gratificações ao salário base, usando como índice o salário mínimo vital de 1.500 reais; redução da jornada de trabalho para 06 horas diárias, sem diminuição dos salários; concursos públicos já, para suprimir o quadro deficitário do funcionalismo.



Burocracia sindical quebra a unidade dos metalúrgicos

Em novembro, destacou-se a greve metalúrgica de São Paulo, interior e ABC. Também a dos químicos. A FIESP, na mesa de negociação, negou conceder qualquer reajuste aos metalúrgicos, para perdas que chegavam até 14%. Ainda por cima levou consigo uma série de medidas de cortes de direitos trabalhistas, como auxílio maternidade, descanso semanal etc. Tudo isso de acordo com a chamada "flexibilização do trabalho" e redução do "Custo Brasil".

Tal posição patronal obrigou a burocracia sindical da CUT e Força Sindical a anunciar a greve. Os burocratas disseram que uniriam os sindicatos para tal fim. Entretanto, logo induziram as assembleias controladas a decidirem por greves parciais (chamada pela Força Sindical de greve canguru). Nesse sentido, estiveram de acordo os sindicatos dirigidos pela CUT e pela Força Sindical. Mas o divisionismo logo se mostrou preponderante. Não se tratava de fato de uma greve unitária para que-

brar a resistência patronal.

Nem bem ocorreram as primeiras paralisações, a burocracia demonstrou que já tinha nas mangas uma proposta patronal para liquidar com o movimento. Em São Bernardo, a burocracia fechou o primeiro acordo com a Wolkswagem: 11% a partir de janeiro. Selou assim o pacto do arrocho com a multinacional, arrebatando com o movimento recém-iniciado. A Força Sindical logo fez o mesmo, estrangulando a greve canguru.

Os químicos tiveram a mesma sorte. No mês de novembro, são milhares de operários em situação de dissídio, como metalúrgicos, químicos, papel e papelão etc. A burocracia se esmerou em evitar qualquer luta que confrontasse a política salarial do governo FHC.

A contenção de reajustes está na base de sustentação do Plano Real. Mesmo a simples reposição, como era o caso dos 14 a 12% reivindicados, se choca abertamente com o

Plano, artificialmente montado para conter a inflação e favorecer os capitalistas internacionais e nacionais. O bloqueio da unidade proletária e o acordo que impõe perdas são uma colaboração direta com a diretriz antinacional e antipopular do governo FHC.

A direção cutista foi a primeira a fechar o acordo, facilitando a Força Sindical a liquidar o movimento no nascedouro. A unidade burocrática se contrapôs à unidade proletária. É com a superexploração, fome e desemprego que o governo FHC prolonga a "estabilização" de seu plano antioperário. A burocracia da CUT se coloca no campo do imperialismo e da política neoliberal, juntamente com a direitista Força Sindical.

Movimento Operário

Força Sindical trai os operários da BS Continental

A insatisfação entre os operários com o arrocho salarial é enorme, semelhante à disposição de luta. Tanto que os operários da Continental rejeitaram na assembleia de 11 de novembro a proposta patronal trazida pela direção do sindicato, filiado à Força Sindical. Os operários da Ford Ipiranga fizeram o mesmo, apesar de já existir o mal acordo com a Ford de São Bernardo.

A proposta do patrão, aceita pela direção do sindicato, era um reajuste de 5% mais um abono de 7% parcelado em duas vezes. Um absurdo de acordo.

Os operários não deixaram se enganar e votaram contra na Assembleia. Após a votação, Heleno, diretor do sindicato, entrevistou lembrando da última greve realizada, quando os operários tiveram os dias parados descontados. O objetivo de Heleno era intimidar os trabalhadores e reverter o quadro favorável à greve. Na segunda votação, os metalúrgicos se dividiram e, assim, foi marcada uma nova assembleia para o outro dia (12/11). A direção do sindicato falou que iria tentar um acordo melhor.

Os operários só conseguiriam um acordo melhor se pressionassem os patrões através da greve unida. E este era o melhor momento, uma vez que a fábrica estava com mercadorias a serem entregues. Sem greve, os patrões não iriam oferecer proposta melhor. Além do mais, o arrocho salarial faz parte do Plano Neoliberal do governo FHC, que favorece aos patrões, pois mantém os lucros deles em troca da miséria e opressão da classe operária. Somente a luta organizada e unida de toda classe é capaz de destruir a resistência dos patrões, derrotando o Plano do governo.

Dito e feito: o vendido do Heleno não trouxe mudança alguma da proposta anterior. No dia 12, pressiona novamente para que aceitassem a proposta.

O que notamos na fábrica foi a insatisfação geral dos operários com o arrocho salarial. Porém, sentiam-se sozinhos na luta, pois a direção do sindicato não queria a greve. Os operários acusaram a direção do sindicato de ter "melado" a greve passada, levando-os à derrota e ao conseqüente desconto dos dias paralisados e, deste modo, sentiam-se incapazes de realizar uma greve sem o sindicato. Eis o que pensam os operários: se o sindicato faz "corpo mole" não têm como segurar uma greve. Os operários desconfiam de que a direção do sindicato tenha ganho algo por fora, pois antes tinham um discurso radicalizado e depois de conversarem com os patrões mudaram sua disposição de luta. De qualquer forma, é claro que os pelegos estão a serviço dos interesses patronais.

Os operários sentiram o quanto é importante uma direção de luta na frente do sindicato. Uma direção que organize a luta contra os patrões e seu sistema. Isto passa pela sua organização no Partido Operário Revolucionário e na Corrente Proletária Sindical que tem por princípio a decisão em assembleia, com diretores do sindicato removíveis a qualquer momento nas assembleias, e um sindicato que tenha como meta a transformação revolucionária da sociedade (ditadura do proletariado) através da ação direta das massas em manifestações grevistas de rua (Revolução Proletária), única forma de derrotar de uma vez os patrões. Já é hora de organizarmos uma verdadeira oposição operária à Força Sindical.



A direção burocrática e traidora, que tem os sindicatos metalúrgicos de São Paulo e ABC sob seu controle, pôs em prática sua greve por região e por fábricas isoladas. Com isso, acabou enfraquecendo o movimento grevista. Os péssimos acordos, todos abaixo das perdas inflacionárias, mostram a face da traição dos sindicalistas vendidos. Abaixo reproduzimos o panfleto do Partido Operário Revolucionário distribuído nas fábricas.

Patrões dizem não – A greve unitária é a solução

Está mais do que claro que os patrões FIESP não farão a reposição das perdas salariais de 12 a 14%. Ainda mais: pretendem cortar conquistas sociais e facilitar as demissões em massa. O arrocho salarial é parte da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso.

O Plano Real estabeleceu o congelamento salarial por um ano, quando a inflação está entre 17 a 20% ao ano. Eis por que no final de doze meses os metalúrgicos estão com uma perda que chega a 14%. Isso significa transferir para os salários quase por inteiro a inflação anual. O resultado é que estamos ficando mais pobres, quando já vivemos numa situação de necessidade e penúria.

Vejam companheiros que não são só os metalúrgicos que estão sofrendo na carne essa exploração. Também os patrões dos químicos/plásticos disseram não. Isso tem acontecido com toda classe operária.

No caso dos funcionários públicos, a situação é mais grave ainda. Estão sem receber reajustes há dois anos. E o governo mente dizendo que são marajás. Os marajás são apenas os parlamentares, os governantes, os juizes e os burocratas do alto escalão do governo.

Como vemos, a grande maioria trabalhadora carrega nas costas o brutal corte salarial. Isso significa

que é a classe operária e demais trabalhadores que estão carregando nas costas o Plano antipopular e a crise do regime de exploração capitalista.

Para piorar tudo isso, temos enfrentado o desemprego em massa. No setor metalúrgico, os cortes têm sido enormes. Mas também em todos os setores as demissões vêm ocorrendo sistematicamente. O desemprego somado ao rebaixamento salarial esmaga a vida dos que trabalham, enquanto os patrões capitalistas continuam se enriquecendo. Aqueles que se quebram e fecham as fábricas apenas transferem suas riquezas para as mãos de outros exploradores e põem na rua os trabalhadores.

Companheiros, essa realidade mostra que sem uma luta unida e forte contra os patrões e o governo seremos mais ainda pisoteados. Os sindicatos metalúrgicos do ABC (CUT), de São Paulo (Força Sindical) e interior chamaram os trabalhadores à greve. Esse é o caminho. Os patrões dizem não e a greve é a solução. Porém, há um problema que devemos estar alertas. As direções sindicais não estão assegurando uma verdadeira unidade grevista. Não se formou um comando único de greve, eleito nas assembleias. Também não se formaram comitês unitários para garantir a unidade grevista e o direcionamento da luta desde as bases.

Um outro problema é a chamada "greve canguru" (SP) e a "bunglee-jump" (ABC). Essa tática tem o defeito de paralisar parcialmente a produção e, assim, impossibilitar a greve unitária. Sabemos que uma greve é uma relação de força contra o patronato. Se ela não for potente, os patrões não acatarão as reivindicações. Qualquer operário que vai para a luta vai para vencer. Para isso, é preciso usar todos os meios que dão força à greve. Os melhores meios são os que unem toda a classe operária.

Nós sabemos que os capitalistas vão usar de todos os meios para quebrar nossa greve. Se ela for fragmentada e dividida, os patrões se aproveitarão para reprimir. Se ela for coesa e unitária, nós operários temos como rebater a repressão patronal. A escolha correta entre esses dois cami-

nhos é decisiva para nossa vitória.

O governo espera que fracasse nosso combate, porque assim continuará impondo por todo o país sua política de fome, de desemprego, de privatizações, de quebra da aposentadoria e de abertura pró-imperialista. Ao contrário disso, a maioria trabalhadora espera a vitória de nossa greve para também exigir o fim do arrocho salarial e do desemprego.

Vejam como a vitória metalúrgica é importante para o conjunto dos explorados brasileiros. Para isso, defendemos:

1. Unificar todos os metalúrgicos de São Paulo, ABC e interior através de um comando unitário, eleito em assembleia;

2. Formar os comandos de base por região e por fábrica para garantir a unidade do movimento;

3. Assegurar a unidade através de uma assembleia geral de todos os metalúrgicos;

4. Fazer uma greve ativa, geral e unitária, através de manifestações e passeatas conjuntas, convocadas por todos os sindicatos;

5. Convocar toda a população trabalhadora, desde os bairros operários e populares, a apoiarem o movimento;

6. Levantar um plano de reivindicações não só de reajuste salarial específico dos metalúrgicos mas também em favor de todos os trabalhadores, como o fim do desemprego, fim das reformas do governo que acabam com as conquistas dos trabalhadores, revogação imediata das medidas governamentais contra o funcionalismo público, fim das privatizações que entregam a economia ao capital estrangeiro e seus capachos nacionais;

7. Dizer claramente que o Plano neoliberal (antinacional e antipopular) é contra os trabalhadores e o país. Por isso, se colocar pela derrubada total da política econômica de esmagamento da vida da população e de quebra econômica do país.

Toda força à greve unitária de São Paulo, ABC e interior!

Toda força à greve unitária entre metalúrgicos, químicos e demais trabalhadores!



Congresso da Apeoesp

A Corrente Proletária na Educação, defensora da tese 3, apresentou aos delegados a resolução que desfilia a CUT da CIOSL. O que foi rechaçado pela burocracia comprometida com a linha de conciliação de classe, elaborada pela direção da Central mundial pró-imperialista (CIOSL). Por outro lado, mostramos o papel reacionário dessa Central de combate às posições socialistas e de defesa do capitalismo.

Ao se colocar ao lado da política imperialista, tal Central acabou por apoiar as ditaduras na América Latina, o intervencionismo bélico dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã e, atualmente, tem servido de sustentáculo à implantação do neoliberalismo. Não é por acaso que tem bloqueado a ação dos trabalhadores, quando os governos desfecham um brutal ataque sobre as conquistas sociais. O papel de contenção das lutas, o colaboracionismo com o Estado e o patronato e a política de apoiar os pontos positivos da Reforma neoliberal, implementada pela direção da CUT e sindicatos brasileiros, tem se desenvolvido sob a orientação dessa Central. Com o intuito de denunciar o papel traidor das direções sindicais, transcrevemos abaixo a resolução defendida pelos militantes poristas e setores classistas no Congresso.

Eis algumas razões por que defendemos o rompimento com a CIOSL

Não é de hoje que nos opomos à filiação da CUT à CIOSL. Porém, consideramos que nem todos os professores têm claro o que é essa Central Internacional. Nesse sentido, apresentamos (utilizando os próprios materiais divulgados pela CUT) alguns dos elementos essenciais para a caracterização e rompimento com tal Central.

1. A CIOSL nasceu em 1949, por iniciativa de três organizações sindicais: AFL e CIO (norte-americanas) e o TUC britânico (Congresso dos Sindicatos (Grã-Bretanha, Rodésia, Filipinas, Gana), visando a unificação do sindicalismo internacional. Há que salientar o peso dos países vencedores da guerra imperialista no seu interior.

2. A sua origem esteve ligada ao combate a FSM (Federação Sindical Mundial), que representava as posições estalinistas (soviéticas). Assim, a CIOSL, através principalmente das Centrais norte-americanas, desenhou uma campanha anticomunista,

caracterizando a FSM como a responsável pelos conflitos e ideologia comunista no interior dos sindicatos. Um exemplo disso é a declaração de Meany (AFL - 1955) que diz que "o cimento" da CIOSL é o anticomunismo. E concluía que o comunismo era uma ditadura que corrompia o sindicalismo mais que as outras ditaduras. Não é por acaso que apoiou o governo americano na guerra do Vietnã. Dessa forma, a CIOSL caracterizava o comunismo como um sistema que impedia a liberdade e melhoria das condições de vida dos trabalhadores, estando o Estado e os sindicatos na dependência do partido único.

Por detrás dessa posição está a defesa implacável do sistema capitalista, ou seja, do regime de escravidão assalariada sob o comando mundial da burguesia monopolista. Não faz nenhum ataque à ditadura de classe da burguesia sobre os trabalhadores. Exalta a democracia formal burguesa como sendo o supra-sumo de um regime oposto à ditadura soviética. Como não poderia deixar de ser confunde comunismo com a ditadura burocrática estalinista, responsável pela quebra das conquistas e pela restauração capitalista no Leste Europeu, China, URSS, Cuba etc.

3. Os objetivos da CIOSL demonstram o seu caráter de conciliação de classe e de manutenção do sistema de exploração do trabalho. Os três objetivos: "Paz, Liberdade e Pão" estão de acordo com sua estratégia.

No que se refere à "Paz", defende a política imperialista de desarmamento. Em sua resolução de 1983, deixa clara a campanha de desarmamento desencadeada pelos Estados Unidos sobre os países de economia estatizada, a exemplo da ex-União Soviética, China etc. Não faz nenhuma menção ao intervencionismo militar dos norte-americanos e nem das guerras bélicas promovidas pelas potências imperialistas. A "Paz" nada mais é do que a submissão dos povos ao saque imperialista.

Em relação à Liberdade sindical, a CIOSL defende as Convenções da OIT. Portanto, a colaboração entre o capital e o trabalho e a submissão dos sindicatos e Centrais à orientação mundial da burguesia. Sobre a "Liberdade" dos povos, não defendeu a linha de combate à recolonização imperialista na África e na América. Como diz o próprio documento da CUT, o TUC britânico acabou por defender a política do Partido Trabalhista inglês em relação à questão colonial.

Na América Latina, o problema não foi diferente. O sindicatos a ela filiados estiveram ao lado das ditaduras sanguinárias. A exemplo da manifestação preparada pela Confederação Paraguaia de Trabalhadores em homenagem a Stroessner. Acontecimento esse ocorrido em 1974 e que só em 1979 a CIOSL tomou a iniciativa de expulsá-la, para acobertar sua própria responsabilidade.

No caso do Chile, a política desenvolvida pela ORIT (um organismo regional da CIOSL) é de apoio aos Estados Unidos, portanto, responsável pelo golpe contra o governo frente-populista de Allende. A CIOSL não desempenhou nenhuma ação em relação às tentativas de golpe contra o governo da Unidade Popular, mesmo sabendo das interferências da CIA e dos financiamentos das multinacionais para os chamados programas de formação de sindicalistas "livres". Em relação a Cuba, o secretário geral da CIOSL, no Congresso de 1969, declara que: "na América Latina nosso movimento recusará sempre escolher entre o comunismo de Castro o os governos militares...". Assim, expressa seu apoio à *i n t e r v e n ç ã o* norte-americana para pôr fim à revolução cubana e de sustentação às ditaduras militares. É evidente a política da CIOSL de se calar diante de todas as agressões aos direitos humanos e sindicais na América Latina. Basta que lembremos do Brasil, qual foi a ação da CIOSL diante do golpe de 1964? Qual a campanha contra os Planos neoliberais?

4. Em relação ao objetivo do "Pão". Está aqui a defesa das rela-

Educação



ções capitalistas de produção, ou seja, da propriedade privada dos meios de produção. Faz demagogia com a defesa de estabilidade dos preços e dos mercados para os produtos básicos e com um certo protecionismo para as economias dos países capitalistas mais atrasados (os chamados "PVD"). Não é por acaso que gostaria de fazer parte do GATT, incluindo aí o problema da educação e da formação dos trabalhadores. Defende a possibilidade de desenvolvimento dos países mais atrasados a partir de um acordo entre o "governo dos países em questão", da população e dos sindicatos. Essa a fórmula da Social Democracia para gerenciar o Estado burguês.

5. Por fim, é impor-

tante salientar o papel desempenhado pela CIOSL no sentido de financiar as Centrais sindicais, objetivando a formação ideológica dos dirigentes sindicais. Por detrás da "ajuda" econômica sempre esteve o compromisso com a concepção colaboracionista de submissão dos sindicatos à política burguesa.

Nós educadores da Tese 3, defensores do fim do sistema de exploração do trabalho e da instauração de uma nova sociedade, a socialista, não podemos omitir a política da CIOSL, responsável pela orientação política da CUT. Os dirigentes sindicais, particularmente a diretoria da Apeoesp, dirão que isso é coisa do passado e que, hoje, a conduta da Central é outra. Para isso, se apoiarão na atual ação da CIOSL de convivência harmônica com a FSM, fato esse que se manifestou com maior evidência com o avanço da restauração capitalista sobre as economias estatizadas, prin-

cipalmente com as medidas impostas por Gorbachev.

É nosso dever mostrar aos companheiros professores o papel traidor do estalinismo e, da mesma forma, denunciar a política pró-imperialista desenvolvida em toda história da CIOSL.

Essa Central formulou a política anticomunista para o movimento operário internacional, apoiou as ditaduras mais sangrentas e se colocou por amenizar os conflitos entre o proletariado e a burguesia. Os que defendem de fato a independência e autonomia sindical, que lutam pela derrubada da burguesia e de seu sistema econômico, não poderão jamais se submeter a uma Central Sindical pró-imperialista. Dessa forma, filiar-se a CIOSL é submeter o sindicalismo brasileiro a uma fração internacional da burguesia, que é o imperialismo.

6/11/96

A luta dos estudantes na UFRN contra a destruição da moradia e alimentação estudantis

Na UFRN, o reitor Ivanildo Rego tem adotado medidas privatizantes, obedecendo os ditames impostos pelo governo federal, constituindo uma verdadeira declaração de guerra contra o conjunto dos estudantes, sobretudo os residentes. Atualmente, se impõem algumas taxas e pretende-se impor outras.

No que concerne as residências universitárias, o departamento de assuntos estudantis (DEPAE), orientado pela política privatista do reitor, vem declarando guerra aos residentes, estabelecendo critérios excludentes para a obtenção do direito à moradia e almejando o fechamento de algumas casas, com o falacioso discurso de criar um complexo residencial, alienando valorosas casas, localizadas no centro de Natal, próximo ao litoral, com o objetivo de atender aos interesses das grandes empreiteiras de grande influência no Estado. É premente compreendermos que o fechamento de algumas casas, e a "promessa" de criação de outras, reduzirá significativamente o número de vagas, aumentando o grave problema da superlotação nos quartos. Neste sentido, não podemos ter posturas defensivas diante desses ataques.

Estudantes, residentes e de-

mais segmentos da universidade (professores, servidores) devem se organizar, através das mobilizações, para frear as medidas adotadas pela camarilha burocrata e autoritária da universidade. Devemos fortalecer o movimento, através de uma direção revolucionária capaz de se colocar na arena da luta de classes, em defesa dos direitos dos estudantes residentes, pois a defesa da moradia estudantil está ligada com a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. Isso é parte da luta em defesa do estatismo contra a privatização.

No dia 31 de outubro, a burocracia da universidade, expressa na figura do pró-reitor Carlos "Bola", adotou medidas policiais e repressivas na entrada do Restaurante Universitário, para impedir a entrada de estudantes que não tivessem carteira de residente e de alimentação.

Alguns residentes forma barados, ficaram sem a refeição por estarem sem a carteirinha, apresentando apenas o tíquete alimentação. Isso foi o estopim que desencadeou um processo de mobilização contra a burocracia da universidade. A partir desse ocorrido, os residentes decidiram entrar no RU sem apresentar tíquete nem carteirinha, com isso o movimento cresceu, ga-

nhou fôlego. Várias assembléias foram feitas, com várias intervenções. No entanto, diante da primeira represália do reitor, com o objetivo de dividir o movimento, colocando uns contra os outros, as direções ligadas à política reformista e colaboracionista recuam, cedem às pressões dos burocratas.

A nossa proposta de radicalizar o movimento, continuar a entrar no restaurante sem tíquete e carteirinha, rumo à ocupação da reitoria, contra o projeto denominado "Bola", perdeu por um voto, contra a proposta de continuar o movimento, mas entrar com tíquete e carteira. Havia uma terceira proposta que não se diferencia substancialmente da proposta vitoriosa, que era apresentar apenas a carteira.

O movimento ficou bem configurado, a polarização entre aqueles que defendem a independência de classe, a não capitulação com a burocracia da universidade, contra a política colaboracionista, dos agentes dos burocratas, da burguesia.

Não vamos permitir que os pelegos, capituladores, aborem o movimento, vamos denunciá-los e continuar a luta.



Rejeitemos o provão!

Organizemos a luta contra a destruição do ensino!

O governo FHC determinou a realização do provão para os cursos de Engenharia, Administração e Direito. O pretexto é a avaliação das faculdades pelos resultados obtidos pelos alunos. A verdade é que essa avaliação será utilizada para impulsionar a destruição do ensino público.

A política do governo FHC para o ensino é a ditada pelo Banco Mundial: reduzir as obrigações estatais com o ensino superior e médio e limitá-las ao ensino básico. Em outras palavras, destruir o ensino público, principalmente o superior e o médio, para atender às exigências dos capitalistas. Primeiro, cortar gastos públicos com a educação, assim como com os outros serviços sociais, para sobrar dinheiro para sustentar o parasitismo financeiro. Segundo, adaptar a escola às necessidades dos capitalistas, que cada vez menos necessitam de força de trabalho formada. Terceiro, destruir a escola pública e voltar todos os recursos estatais para as escolas privadas, que são uma mina de ouro para os proprietários.

O provão é um instrumento para aplicar essa política. A avaliação das escolas mostrará aquilo que todos sabemos, que a educação está péssima. O mercado de trabalho não precisa do provão, porque tem seus próprios critérios de avaliação, sabe que o ensino superior é de má qualidade e aplica suas próprias avaliações. Os alunos não precisam de provão, pois sentem na pele a queda sistemática da qualidade do ensino.

O provão serve para o governo mostrar à sociedade que o ensino vai mal e o dinheiro público é mal empregado. E que as escolas públicas vão pior ainda. A avaliação servirá para construir o pretexto para o corte de verbas para as escolas públicas e favorecimento ainda maior das escolas particulares.

Os erros da direção da UNE

A UNE insistiu de todas as maneiras nas negociações com o governo, ministério e parlamento. Jogou todas as suas fichas pedindo à justiça manipulada pelos capitalistas que livrasse os estudantes do provão. Chegou a admitir outros tipos de avaliação pelo governo, como uma prova sem identificação do aluno. Foi derrotada em todas as tentativas.

O que faltou? Certamente o principal, faltou chamar a mobilização

estudantil para enfrentar o provão. Faltou dizer que o provão é instrumento do governo para privatizar o ensino público. Faltou defender a autonomia universitária, contra qualquer ingerência do governo.

Agora, a direção da UNE se limita a chamar os estudantes a entregarem a prova em branco. A falta da força da mobilização estudantil colocou os estudantes nas mãos do governo, que chantageia com o diploma. Como não há uma luta unitária organizada a partir das escolas, só resta ao estudante que se opõe ao provão a sua entrega em branco. O protesto da entrega da prova em branco é anulado pela ausência de continuidade da luta contra o provão.

O caminho é a luta direta

A destruição do ensino é a essência da política educacional do governo. Reflete no cotidiano dos alunos com a destruição da assistência estudantil (moradia, restaurante, transporte etc.), queda da qualidade do ensino, falta de professores, carência de laboratórios e falta de livros nas bibliotecas etc.

A solução dos problemas mais sentidos pelos estudantes se choca diretamente contra a política de destruição do ensino. É uma luta que começa em cada escola, mas que é generalizada e necessita da unificação nacional para ter força suficiente para enfrentar o governo.

Essa luta depende da organização de uma luta nacional dos estudantes, que parte da defesa das suas reivindicações mais imediatas e leva à defesa do ensino público e gratuito para todos (fim do ensino privado, pela estatização das escolas particulares sob controle da comunidade) e da autonomia universitária, que só pode ser verdadeira sob controle e soberania da assembléia universitária e do governo tripartite, subordinado a essa assembléia.

Essa luta levará os estudantes a compreenderem a necessidade de destruição do capitalismo, que impõe a separação da teoria e prática, do saber e do fazer, o ensino robotizante e emburrecedor, a formação manipulada da consciência, enfim da deformação total que é o ensino atual. E perceberem a necessidade da defesa do ensino vinculado à produção social, que põe fim na separação da teoria e prática, que leva à formação

plena do indivíduo, estimulando todas as suas potencialidades. Trata-se de um ensino que só pode ser plenamente alcançado com o fim da opressão do homem pelo homem, com o fim do capitalismo.

Tudo isso é negado pelas direções da UNE e das outras organizações estudantis. Dirigidas pelo PCdoB ou pelo PT, são coniventes com a existência do ensino privado, procuram remendar as reformas destruidoras do ensino dos governos manejados pelos capitalistas, limitam a "ação" às negociações institucionais, às pressões parlamentares e processos na justiça marionete.

Os estudantes necessitam transformar suas organizações em instrumentos para impulsionar a luta por suas reivindicações. A luta contra o provão pode ser um primeiro passo nesse sentido.

Fora com o provão de FHC!

Pela autonomia universitária, nenhuma ingerência governamental! Soberania da assembléia universitária, governo tripartite!

Abaixo a reforma neoliberal antinacional e antipopular destruidora do ensino!

Pelo ensino público e gratuito para todos, fim do ensino privado!

Em defesa da educação ligada à produção social!

Lutemos pela destruição do capitalismo, em defesa do socialismo científico, que só pode vir através da revolução proletária!

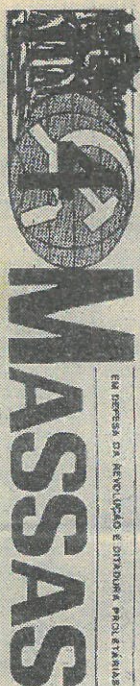
Educação



Cartaz da Chapa Ação Direta, concorrendo ao DCE da UFRN

CHAPA: "AÇÃO DIRETA - POR UM DCE CLASSISTA E REVOLUCIONÁRIO"

- * Abaixo o Governo Neoliberal e Pro-Imperialista de FHC e seus agentes
- * Pela construção da Frente Revolucionária Anti-Imperialista na UFRN (Ivanildo Rego, Carlos Bola...)
- * Voto nulo programático -
- contra as candidaturas burguesas e pró-burguesas
- * Pelo Governo Operário e Camponês e pela construção do Partido Operário Revolucionário
- * Pela derrubada do pacote Privatista e Neoliberal de FHC e Ivanildo
- * Contra o oportunismo das direções traidoras do movimento estudantil
- * Pela estatização do ensino privado e pela Escola Pública, única, gratuita sob o controle dos trabalhadores



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DIRETIVA PROLETÁRIA

CORRENTE PROLETÁRIA DOS ESTUDANTES

Causa Operária

De agredidos a agressores gangsteris

O Partido da Causa Operária fez uma ampla campanha em torno da agressão de sua militante Fátima Aparecida Pereira, praticada pelo grupo do Aldo (PT). Colheu assinaturas de sindicatos, correntes e de políticos, como Suplicy e sindicalistas, como Vicentinho. Condenou o método da agressão gangsteril e exigiu a defesa democrática de sua militante.

Ainda em plena campanha, o PCO agrediu da mesma forma o militante Marco Antônio, da Liga Bolchevique Internacionalista (LBI), corrente essa oriunda de uma cisão com o Causa Operária. É preciso que se diga que Marco Antônio teve um longo período de militância nessa organização.

A agressão contra Marco Antônio não foi diferente da sofrida por Fátima. Talvez até pior, uma vez que foi premeditada, como denuncia o panfleto da LBI. Em uma fita cassete, a LBI mostra as provas das ameaças de morte feitas por militantes de PCO.

Nós já tínhamos dito que essa organização também se utiliza dos métodos gangsteris, isso a partir de agressões sofridas pelo POR.

Agora, novamente PCO se acha no direito de espancar seus adversários de esquerda, como se nesse caso fosse uma atitude revolucionária de defesa de seu partido. Vemos que PCO tem duas faces, dois pesos e duas medidas.

Sua atitude não pode ser qualificada como de gangsteril. Essa é a moral de PCO, que adora recitar trechos do livro de Trotsky, mas que age em oposição ao pensamento do líder revolucionário.



Marco Antônio, militante da Causa Operária.

CAUSA OPERÁRIA AGRIDE MILITANTES DA LBI

É preciso varrer com um vespante repúdio os métodos gangsteris presentes no movimento operário

Hoje, em defesa da democracia e da liberdade de expressão, a Causa Operária faz uma ampla campanha em torno da agressão de sua militante Fátima Aparecida Pereira, praticada pelo grupo do Aldo (PT). Colheu assinaturas de sindicatos, correntes e de políticos, como Suplicy e sindicalistas, como Vicentinho. Condenou o método da agressão gangsteril e exigiu a defesa democrática de sua militante.

Ainda em plena campanha, o PCO agrediu da mesma forma o militante Marco Antônio, da Liga Bolchevique Internacionalista (LBI), corrente essa oriunda de uma cisão com o Causa Operária. É preciso que se diga que Marco Antônio teve um longo período de militância nessa organização.

A agressão contra Marco Antônio não foi diferente da sofrida por Fátima. Talvez até pior, uma vez que foi premeditada, como denuncia o panfleto da LBI. Em uma fita cassete, a LBI mostra as provas das ameaças de morte feitas por militantes de PCO.

Nós já tínhamos dito que essa organização também se utiliza dos métodos gangsteris, isso a partir de agressões sofridas pelo POR.

Agora, novamente PCO se acha no direito de espancar seus adversários de esquerda, como se nesse caso fosse uma atitude revolucionária de defesa de seu partido. Vemos que PCO tem duas faces, dois pesos e duas medidas.

Sua atitude não pode ser qualificada como de gangsteril. Essa é a moral de PCO, que adora recitar trechos do livro de Trotsky, mas que age em oposição ao pensamento do líder revolucionário.

Denúncia

O Programa do Partido Operário Revolucionário

Organização e funcionamento

O partido se organiza a partir de células, compostas por um número de militantes que permita funcionar bem a elaboração coletiva, a ação prática e que facilite a segurança contra os atentados da burguesia. As células são organismos de base e todo militante deve pertencer a uma delas. O que quer dizer que o funcionamento do partido começa e termina nelas.

Por sua natureza, estão vinculadas aos movimentos em geral e em particular a uma camada dos explorados. Uma célula que não esteja imersa nas lutas se descaracteriza e se torna círculo de diletantes. Eis porque todos seus componentes estão obrigados a trabalhar sistemática e disciplinadamente no seio dos explorados, via de regra nos seus locais de trabalho, estudo etc. Só assim o partido tem como fazer confluir o programa da revolução socialista com o movimento instintivo do proletariado e das massas em geral. E só assim poderá se multiplicar em muitas outras células, fortalecendo o partido no seio das massas, organizando a fração mais combativa, transformando os instintos em consciência socialista e constituindo a vanguarda organizada em direção das massas, ou seja, do processo revolucionário. Uma célula que se afaste desse caminho, certamente, não terá como elaborar coletivamente a linha, se distanciará dos problemas reais da luta de classes e acabará se colocando em posição antipartidária.

O objetivo central do partido revolucionário é constituir células por fábricas, empresas e outros locais de trabalho. A razão está em que permite a militância compreender melhor os problemas que atingem os trabalhadores, extrair as tarefas e bandeiras da realidade, melhor trabalhar pelo método da ação direta e pela organização independente da burguesia. É também de dentro dos movimentos que se capacita a auxiliar os explorados a se libertarem da política traidora da burocracia e do reformismo.

A essência da luta revolucionária está em fundir o movimento espontâneo (econômico) do proletariado com o movimento socialista, potenciando a ação de massa contra o Estado, onde se concentra o poder da burguesia. O objetivo estratégico do partido é levar o proletariado à condição de classe consciente e dirigente da maioria nacional oprimida, o que a torna capaz de tomar o poder através da



revolução. A estrutura celular do partido, que se conforma como uma rede de células interligadas pelo programa, pela tática e pela prática, possibilita materializar a estratégia de destruição da sociedade de classes. Como vemos, essa forma de organização e o tal funcionamento não foram criados arbitrariamente pelos marxistas. Foram extraídos do trabalho revolucionário e comprovados como estrutura organizativa correlata ao programa, de forma que mutuamente se condicionam.

Referimo-nos à elaboração coletiva e à segurança. No primeiro caso, há que se compreender que constantemente a economia, a política e a luta de classes trazem novos problemas. A militância está obrigada a elevá-los ao nível da consciência, ou seja, da teoria revolucionária. Sem isso, não há como derrotar ideologicamente a burguesia e fazer avançar a transformação do proletariado de classe em si (instintiva) em classe para si (consciente, socialista). Uma militância que não seja a encarnação do marxismo (teoria revolucionária) reforçará o domínio capitalista sobre as massas. A elaboração coletiva é uma das condições essenciais para não se cair no reformismo ou no diletantismo esquerdista.

No segundo caso, a melhor segurança do partido está na sua penetração no interior das massas e no lugar que ocupa como dirigente das lutas. Não há como enfraquecer o poder da burguesia e sua capacidade para destruir as organizações operárias se não se potencia a ação das massas e o partido como direção dos combates. Por outro lado, a rede celular permite manejar com maior eficácia o trabalho aberto e o clandestino. Uma vez que o partido é revolucionário, é conspirativo contra a ordem capitalista. Assim está impingido a se organizar o mais aberto possível no interior das massas e o mais oculto possível pe-

rante o Estado e a burguesia.

Como um partido baseado em células manterá sua coesão organizativa? A resposta está no funcionamento

centralista-democrático e na existência de outros organismos. Através do Congresso e da Conferência, se elabora a linha programática, política, tática e organizativa. Somente ao Congresso cabe eleger a direção geral do partido (Comitê Central). Por intermédio de delegação eleita nas células e da mais ampla liberdade de divergência, a ponto de estar assegurado estatutariamente o direito de formação de tendência ou fração, essas instâncias são expressão da elaboração coletiva. Assim, a centralização política é feita pela direção central e por outras instâncias intermediárias (regionais).

Porém, o essencial está em que o partido deve atuar como estado maior das lutas, por isso tem a obrigação de ter uma só linha no exterior. Caso contrário, se cai num tipo de anarquismo, individualismo ou fracionismo liquidacionista do partido. Para se assegurar a unidade exterior, é decisiva a democracia interna, sem a qual se aniquila a elaboração coletiva (que não quer dizer consenso obrigatório) e se implanta o centralismo-burocrático. Tanto o centralismo burocrático quanto o democratismo fracionista da unidade externa são liquidadores. Ao contrário disso, o partido marxista-leninista-trotskyista se baseia na estrutura celular e no funcionamento centralista democrático.

Internacional



Campanha pela libertação dos argentinos Horácio Panário, Alcides Christiansen e Basílio Estrada.

A manutenção das prisões políticas dos militantes Panário, Christiansen e Estrada pelo governo Menen é a comprovação de que para se sustentar a Reforma neoliberal a burguesia necessita sufocar o movimento operário e popular. Esses ativistas participavam da Coordenadoria de Desempregados de Neuquen. Foram encarcerados por estarem à frente de uma marcha de desempregados que se dirigiu ao governo do estado de Neuquen para exigir emprego e salário-desemprego.

A repressão se abateu duramente sobre os manifestantes. A prisão dos três lutadores foi acompanhada de uma perseguição feroz sobre os demais componentes da Coordenadoria, incluindo aí militantes do Partido Operário Revolucionário argentino, vinculado ao Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional. A perseguição, no entanto, prossegue para os que estão presos e para os que ainda não foram detidos.

É nosso dever dar prosseguimento à campanha pela libertação e fim da perseguição política aos militantes de esquerda e ativistas do movimento. Em ato realizado de frente ao Consulado Argentino, as correntes PSTU, Socialismo Revolucionário e POR denunciaram a opressão política e social do governo Menen e exigiram a libertação dos presos. No término da manifestação, o Partido Operário Revolucionário (POR) propôs que se constituísse um comitê unitário permanente contra a opressão política e social pela libertação dos presos e fim das perseguições.

Logo no início da prisão de Panário, o POR e o grupo argentino (PTS) fizeram um chamado ao comitê, que infelizmente não foi atendido pelas correntes. Esperamos que agora se possa concretizá-lo. Uma campanha firme depende de um trabalho sistemá-

**POR LA LIBERTAD DE
HORACIO PANARIO,
ALCIDES CHRISTIANSEN
Y ESTRADA, Y EL CESE
DE LA PERSECUSION A
LOS DIRIGENTES DE
LA COORDINADORA
DE DESOCUPADOS
Y DE IZQUIERDA
EN NEUQUEN
Y EN TODO
EL PAIS**

tico contra a repressão capitalista às correntes de esquerda, sindicalistas e todo e qualquer lutador.

Pela libertação dos presos políticos na Argentina!
Formemos o comitê contra a opressão social e política!

Pelo fim das prisões, ameaças à vida de militantes e às perseguições na Nigéria

Os representantes do Socialismo Revolucionário, presentes no ato, denunciaram também as prisões de militantes nigerianos. O capital imperialista, principalmente ligado ao petróleo, dita as ordens ao governo semicolonial desse país.

Para manter os interesses forâneos do imperialismo, as autoridades burguesas cometem as maiores barbaridades contra os seus opositores. Está aí mais uma razão para que formemos um comitê que responda a todos os ataques da burguesia, no mais genuíno espírito do internacionalismo proletário.

Denúncia de perseguição política

No dia 17 de outubro, uma Comissão Policial, de civis e militares, se apresentou no domicílio de Juan Yañez, com uma ordem de alienação e de seqüestro de seu veículo. Sem nenhum tipo de explicação e sem apresentar nenhum comprovante de procedimento, seqüestraram o automóvel, levando-o para a Primeira Comissão.

Averiguações posteriores não puderam es-

clarecer os motivos deste procedimento. Ainda que no julgamento se informou que possivelmente seria por uma denúncia apresentada em Cultracó por motivos que ainda desconhecemos. Mas que estaria relacionada de alguma forma com a causa de Christiansen, Panário e Estrada.

Considerando a trajetória deste trabalhador do movimento operário, não nos cabe a menor dúvida de que se trata de mais um passo na longa história de perseguições de que tem sido objeto.

Não haverá argúcia legal para encobrir esses fatos recentes, que só se explicam como produto de uma deci-

são política do regime, de continuar com sua linha de repressão, encarceramentos e perseguições aos lutadores operários e populares que resistem ao golpe. Ainda que para isso recorram a qualquer manobra ou provocação.

Devemos estar alertas diante da possibilidade de um novo golpe repressivo, que se somaria aos já vividos. Manteremos informados e convocaremos oportunamente os trabalhadores, ativistas sindicais, políticos, de direitos humanos e estudantis para decidir sobre os passos a seguir.

Saudações fraternais

Comitê Regional de Neuquén

Neuquén, 22 de outubro de 1996

